**AÇÃO DE DESPEJO** -O Autor pretende ver decretado o despejo do réu, em virtude da mora no pagamento dos alugueres e demais encargos entabulados no contrato.

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA .... ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ....,

................................................... (qualificação), inscrito no CPF/MF sob o nº ...., domiciliado em ...., e residente na Rua .... nº ...., por advogado ao final assinado, com escritório profissional no endereço em timbre, à margem, constituído nos termos do incluso procuratório, vem propor

# AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO

................................................, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CGC/MF sob o nº ...., com sede nesta cidade e Estado, representada por ........................ (qualificação), inscrito no CPF/MF sob o nº ...., domiciliado e residente em ...., na Rua .... nº ...., que o faz com fundamento nos artigos 9ª, inciso III, 23, inciso I, 62 e seguintes da Lei 8.245, de 18.10.91 (LI), e demais disposições legais atinentes à espécie, pelas seguintes razões fático-jurídicas que aduz a seguir:

1. O autor concedeu em locação à ré, o imóvel situado em ........, na Rua ...., cujo aluguel mensal atual é de R$ .... (....), acrescidos de encargos, conforme faz prova o incluso contrato;

2. Sucede estar o inquilino em atraso no pagamento do aluguel e encargos do mês de .... do fluente ano, conforme cálculo, a seguir discriminado, do valor do débito (art. 62, I, da mesma lei):

ano: ....

mês: ....

- aluguel: R$ ....

- IPTU: R$ ....

- Seguro: R$ ....

- Multa contratual (Cláusula ....) R$ ....

- Honorários (20%) R$ ....

- Correção monetária (TRJ 10/94) R$ ....

- Juros (até 11/94): R$ ....

Isso posto,

requer a citação da locatária, via postal (art. 222, do CPC), para, no prazo legal, purgar a mora, querendo - aluguéis e acessórios - (art. 62, inciso II, da Lei 8.245/91), inclusive os que se vencerem até a efetivação do pagamento (alínea a, do citado dispositivo legal), juros de mora, correção monetária, despesas e custas processuais, honorários advocatícios e outros ônus judiciais (alíneas b, c e d do mesmo artigo), ou contestar a ação, hipótese em que deverá ser rescindida a locação com o decreto do despejo (arts. 9º, inciso III e 23, inciso I, da mencionada lei), e expedição do competente mandado, procedendo-se a execução de todas as verbas representativas da condenação, nestes autos.

Requer, ainda, a cientificação do inteiro teor da presente ação, ao fiador:

......................................... (qualificação) inscrito no CPF/MF sob o nº ...., domiciliado em ...., e residente na Rua ....

Protesta, ainda, pela produção de provas em direito aceitas e admitidas, em complementação e se necessário.

Confere-se à causa o valor de R$ .... (....).

Pede deferimento.

...., .... de .... de ....

..................

Advogado OAB/...